

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Lula Marques/Agência Brasil

Marina viu-se isolada nas agressões que sofreu

A agressão a Marina e a questão ambiental

Sob qualquer ponto de vista, o que fizeram os senadores Marcos Rogério (PL-RO) e Plínio Valério (PSDB-AM) com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi uma injustificável grosseria. Mas, para além do ataque indesculpável, há em torno do que houve na Comissão de Infraestrutura do Senado um grande problema, especialmente às vésperas da Conferência

das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30. O governo está longe, longíssimo, de conseguir se entender sobre a questão ambiental. E é muito possível que a linha de defesa que hoje Marina faz seja minoritária. E essa é uma das razões pelas quais Marina viu-se quase que completamente isolada (há outras, e o Correio Político falará mais amanhã sobre isso).

Randolfe

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), por exemplo, tem divergências públicas com Marina. Por conta da exploração de petróleo na Margem Equatorial, na foz do Amazonas, ele inclusive deixou a Rede, o partido de Marina Silva, em 2023.

Base

O começo da discussão na qual Marina acabou desrespeitada foi com um senador da base do governo, Omar Aziz (PSD-AM). No começo da discussão de Marina com Omar Aziz, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), estava presente, mas saiu da sala.



Joédson Alves/Agência Brasil

Randolfe tem “divergência pública” com Marina

Randolfe admite: governo não tem unidade no tema

Ao Correio Político, Randolfe Rodrigues admitiu: “O próprio governo não tem unidade na discussão sobre o meio ambiente”. Randolfe, por exemplo, considera que os senadores da Amazônia que contestaram Marina “têm suas razões” na discussão sobre o asfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM). E

o ministro dos Transportes, Renan Filho, é também favorável. Como é também favorável à construção da Ferrogrão, a ferrovia que liga Sinop (MT) ao porto de Mirituba (PA), que corta terras indígenas e que Marina combate. Toda essa discussão desaguou na aprovação recente do projeto de licenciamento ambiental.

Estrada

Na avaliação de Omar Aziz, “se o governo tivesse liberado a BR-319, por exemplo, talvez não tivesse perdido no licenciamento ambiental”. Ele disse ao Correio Político: “A intransigência de não conversar represa tudo. Ai, um dia a represa estoura. Foi o que aconteceu”.

COP30

A COP30 será em Belém, ou seja, no coração da Amazônia, que é o cerne de todo esse debate. Para o mundo, a floresta amazônica preservada é a garantia de sobrevivência ambiental. Mas parte de quem ali hoje vive pressiona por outras demandas de desenvolvimento.

Bezerro

“A gente queria um bezerro, ganhou uma boiada”, disse Aziz. O projeto ainda tem que passar pela Câmara, mas a aposta do senador é que os deputados também o aprovem. É algo bem complicado quando o Brasil está perto de sediar a maior reunião ambiental do planeta.

Amazônia

Não por acaso, todo o lamentável debate no Senado envolveu pessoas sa Amazônia. A começar pela acreana Marina Silva, passando pelos amazonenses Omar Aziz e Plínio Valério e por Marcos Valério, que é de Rondônia. Sem contar Randolfe, do Amapá.

Congresso prepara reação a aumento do IOF

Câmara já tem projetos para frear eventual aumento de imposto

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Após forte repercussão nacional acerca do anúncio da equipe econômica do governo federal em aumentar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de crédito, o Congresso Nacional apresentou 18 Projetos de Decreto Legislativo (PDL) para derrubar as medidas. Apesar do poder Executivo ainda não ter definido se, de fato, manterá as mudanças, parlamentares e confederações reagiram negativamente.

Dentre os projetos, o líder da oposição na Câmara dos Deputados, Luciano Zucco (PL-RS) apresentou o PDL 214/25 que determina a sustação dos efeitos do aumento do imposto. A proposta conta com apoio das grandes confederações empresariais do país, dentre elas CNI (Confederação Nacional da Indústria), CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

Em meio às repercussões negativas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) almoçou no último domingo (25) em um compromisso fora da agenda com os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Acolumbre (União Brasil-AP), para discutir sobre o tema. Os presidentes se manifestaram abertos para diálogo, mas não firmaram compromisso em não pautarem PDLs sobre o tema. Tanto que, no dia seguinte após o encontro, Hugo Motta manifestou



Haddad estuda como compensará recuo sobre o IOF

que “quem gasta mais do que arrecada não é vítima, é autor”.

Entenda

Na última quinta-feira (22) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, realizaram uma coletiva de imprensa para anunciar um corte de R\$ 31,3 bilhões ao Orçamento. Como forma de evitar um corte maior, anunciaram um aumento no IOF, padronizando as alíquotas do imposto em 3,5%.

Contudo, após forte repercussão negativa – inclusive do próprio Banco Central (BC) – Haddad recuou e anunciou que o IOF para transferências em investimentos de fundos no exterior voltará a ser de 1,1%, para evitar especulações de mercado.

Segundo o ministro, a Fazenda estuda se compensará “com mais contingenciamento ou com alguma substituição”.

O Imposto sobre Operações Financeiras tem como função regular o mercado, controlar o crédito, influenciar o câmbio e conter a inflação. Ele é pago por pessoas físicas e jurídicas que realizam operações de crédito (empréstimos, câmbio e seguros) ou em casos de operações relativas a títulos ou valores mobiliários.

Impactos

Ao Correio da Manhã, o sócio-fundador do Meirelles Costa Advogados Morvan Meirelles Costa Junior destacou que caso o governo defina manter as novas alíquotas, a medida irá gerar “um efeito cascata”.

“O aumento do custo do crédito e câmbio desestimula novos investimentos e a expansão de negócios, impactando diretamente o crescimento da capacidade produtiva das empresas. Consequentemente, o consumo também é afetado, uma vez que o crédito ao consumidor se torna mais oneroso, reduzindo o poder de compra e a demanda interna”.

“Efeitos contracionistas, no longo prazo, podem representar, paradoxalmente, uma base tributária menor e, consequentemente, uma arrecadação inferior ao esperado”, completou.

Para o consultor e executivo de Gestão de Riscos Rodrigo Provazzi, haverá um aumento no custo empresarial, “especificamente sobre o custo de empréstimo”.

Ex-PRF confirma blitzes no segundo turno em 2022

Joédson Alves/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Dando continuidade aos depoimentos convocados pelos advogados de defesa dos oito réus do “núcleo crucial” por elaborarem um plano de golpe de Estado, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu, nesta terça-feira (27), seis testemunhas convocadas pela defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Gomes. Os cinco ministros do colegiado (Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Flávio Dino) ouvirão testemunhas de defesa de Torres até esta sexta-feira (30). Conforme calendário do Supremo, os depoimentos das testemunhas seguirão até 2 de junho.

Em seu depoimento nesta terça-feira, o ex-diretor de operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Djairlon Henrique Moura confirmou que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizou blitzes durante o segundo turno eleitoral em cidades do Nordeste, onde o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha mais eleitores. Contudo, ele negou que houve viés político nas operações e ressaltou que a PRF visava verificar se havia transporte irregular de eleitores e de dinheiro ou material ilegal de campanha.

Moura disse que a diretoria que ele comandava recebeu ordens do Ministério da Justiça para acompanhar veículos que iam do Centro-Oeste e Sudeste para o Nordeste. “Houve a operação a pedido da Seopi



Testemunhas de Torres irão depor até sexta-feira

[Secretaria de Operações Integradas] de monitoramento dos ônibus saindo do Centro-Oeste e do Sudeste em direção ao Nordeste, com suspeita de ter transporte irregular de eleitores e dinheiro”, afirmou o ex-PRF.

Proibição

As blitzes realizadas pela PRF no segundo turno eleitoral contrariaram a determinação do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Alexandre de Moraes que tinha proibido na véspera do segundo turno, a realização de operações policiais que pudessem atrapalhar as votações.

Questionado do motivo de a PRF ter descumprido a ordem, Djairlon afirmou que o entendimento da corporação

– na época comandada por Silvinei Vasques – era de que a fiscalização do transporte deveria ser interrompida, mas as fiscalizações relativas a violações do Código de Trânsito Brasileiro poderiam continuar. “Essa operação estava programada e planejada bem antes da decisão de Vossa Excelência”, respondeu Moura ao ministro.

Desconforto

O ex-secretário-adjunto da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça Bráulio do Carmo Vieira, também prestou depoimento aos ministros da Corte. Em seu testemunho, ele disse que Anderson Torres apresentou “desconforto” ao ser convocado pelo ex-presidente Jair Bolsona-

ro (PL) para participar de uma transmissão ao vivo em que foram feitos questionamentos, sem provas, da confiabilidade das urnas eletrônicas.

“Houve, sim, um desconforto pelo desconhecimento técnico do tema, razão pela qual ele solicitou aos assessores que buscassem documentos sobre um determinado tema”, disse Vieira.

8 de janeiro

Em seu depoimento, o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Saulo Moura da Cunha disse que o órgão enviou alertas de possíveis atos contra a eleição de Lula desde 2 de janeiro, mas os técnicos somente tiveram certeza de que haveria a manifestação na manhã do próprio dia 8 de janeiro, após uma assembleia realizada por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que estavam acampados em frente ao Quartel General (QG) do Exército, em Brasília. Depois, ele disse que a Abin emitiu as informações para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Ainda sobre os atos contra as sedes dos Três Poderes, a coronel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) Cíntia Queiroz disse que, caso o planejamento elaborado pela equipe de segurança pública do DF tivesse sido seguido, os atos não teriam ocorrido porque o plano previa que os manifestantes não poderiam entrar na Esplanada. Ela não explicou porque o plano não foi seguido.